



**Santander Pensões, SOCIEDADE
GESTORA DE FUNDOS DE
PENSÕES, SA.**

**Relatório e Contas
Ano 2019**

**Fundo de Pensões Banco
Santander Totta, S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	14
III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	16
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	18
V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	20
1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s).....	21
2 – Alterações ocorridas ao plano.....	22
3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras	23
4 – Regime Fiscal	25
5 – Inventário de Investimentos	26
6 – Imóveis.....	30
7 – Riscos associados à carteira de investimentos	32
8 – Estado e outros entes públicos (Ativo).....	34
9 – Outras entidades (Ativo).....	35
10 – Acréscimos e Diferimentos (Ativo).....	35
11 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo).....	35
12 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos	36
13 – Contribuições.....	36

14 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos.....	36
15 – Outras despesas	37
VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	38



I- RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo Pensões do Banco Santander Totta, S.A.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A evolução da economia mundial iniciou uma trajetória de abrandamento sincronizado a partir de meados de 2018, tendência que se manteve até ao final do ano de 2019. A intensificação das tensões comerciais e geopolíticas contribuíram para aumentar a incerteza a nível global, em especial relativamente ao futuro das trocas comerciais e cooperação internacional.

	2018	2019e
PIB EUA	2,90%	2,30%
Inflação EUA	2,50%	1,80%
PIB Zona Euro	1,90%	1,10%
Inflação Zona Euro	1,80%	1,30%
PIB Portugal	2,20%	1,80%
PIB Espanha	2,40%	2,00%
PIB China	6,60%	6,10%
PIB América Latina	1,00%	0,80%

Fonte: Santander Asset Management

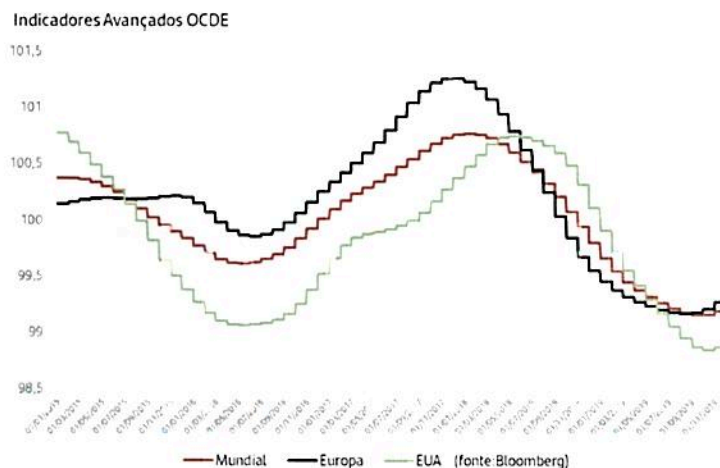
Na Zona Euro, as tensões comerciais refletiram-se num crescimento anémico das principais economias. Na Alemanha e França verificou-se um abrandamento da produção industrial, em particular ao nível do setor automóvel, o qual continuou a adaptar-se a um novo quadro de exigências regulatórias associado aos níveis de emissões de poluentes. Adicionalmente, o impasse associado ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia, só debelado no início de Dezembro com a realização de eleições legislativas, e os riscos de uma saída desordenada contribuíram para acentuar o ritmo de desaceleração da atividade económica, assim como atrasar decisões políticas fundamentais para promover a prosperidade e coesão da UE.

Adicionalmente, o panorama político na Europa Continental pautou-se, ao longo de 2019, pelo surgir de diversos focos de tensão: em França, as manifestações contra as novas regras de pensões; na Alemanha, as tensões comerciais sobre setores estratégicos; em Espanha, o longo período de impasse político, com novas eleições em Dezembro; e, em Itália, a instabilidade política permanente. Nesta conjuntura económica, o BCE manteve uma política monetária expansionista, em resposta aos ritmos anémicos de crescimento e inflação, mantendo a taxa de juro de referência em 0% e a reduzindo em Setembro a taxa de juro de depósito para -0,5%, reiniciando, também o programa de aquisição de ativos financeiros, ao ritmo de 20 mil milhões de euros por mês.

Nos EUA, a economia manteve ritmos de crescimento sustentados, embora em desaceleração, naquela que é uma das mais longas expansões da história. No mercado de trabalho, a taxa de

Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

desemprego permaneceu em mínimos, embora sem reflexos ao nível da dinâmica de salários, que permaneceram moderados.



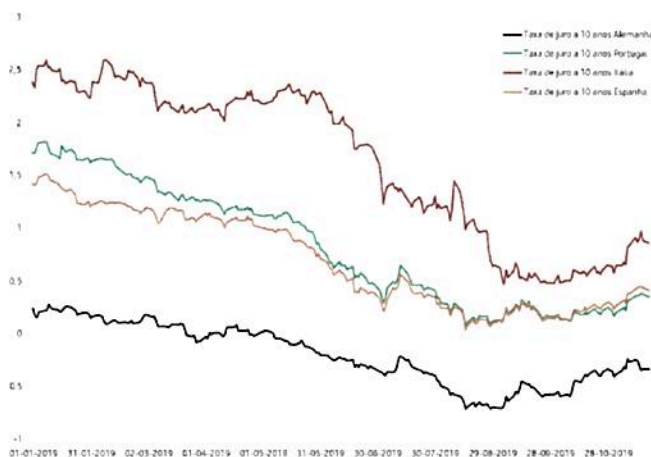
Contudo, o aumento da volatilidade nos mercados financeiros, no quadro da incerteza associada às guerras comerciais, levou a que a Reserva Federal descresse a taxa de juro de referência em 75pb, com cortes em Julho, Setembro e Outubro, para 1.5%, naquela que foi a primeira descida de taxas desde 2008. Refira-se que no início do ano, a orientação de política pela Reserva Federal era ainda de subida das taxas de juro de referência.

Depois de em Maio as negociações entre China e EUA terem sido terminadas por intransigências negociais dos responsáveis chineses, as últimas semanas do ano trouxeram alguma estabilidade, com o acordo para a fase Um do novo processo a ser obtido.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica abrandou na segunda metade do ano, acentuando o perfil de desaceleração, com as exportações e o investimento a moderarem, invertendo a tendência de crescimento mais forte dos primeiros seis meses do ano. No quarto trimestre, o ritmo de crescimento ter-se-á mantido em linha com o observado no trimestre anterior, embora com o consumo privado a beneficiar do período do Natal. As exportações beneficiarão de um efeito de base, associado à greve no Porto de Setúbal do final de 2018.

As condições no mercado de trabalho permaneceram favoráveis, com a população ativa a aumentar, a taxa de emprego próxima de 63% e a taxa de desemprego próxima dos 6%. Contudo, os sinais de estabilização do desemprego são evidentes, podendo estabilizar entre 6 e 7%, com um ritmo de crescimento em redor de 1,5%.



A taxa de poupança da economia continuou a subir, tendo atingido, no terceiro trimestre de 2019, 18,6% do PIB, permitindo um reforço da taxa de investimento para 18,3% do PIB. Neste sentido, economia mantém uma capacidade líquida de financiamento, em redor de 0,3pp do PIB, situação que se mantém desde 2013.

Os níveis de endividamento da economia permanecem numa trajetória descendente, em percentagem do PIB, com o setor privado a posicionar-se nos 194% do PIB (uma redução de mais de 70pp do PIB desde 2012) e o setor público a recuar para cerca de 121% do PIB, no terceiro trimestre de 2019.

O saldo orçamental, em 2019, deverá ser deficitário em cerca de -0,1% do PIB, suportado por uma evolução favorável das receitas fiscais e das contribuições sociais, colocando a carga fiscal em 35,6% do PIB. A despesa pública continuou a crescer, mas a um ritmo inferior ao das receitas, de forma generalizada entre os vários tipos de despesa pública, com exceção dos encargos com o serviço da dívida.

A resiliente conjuntura económica e a correção dos desequilíbrios suportaram uma redução da perceção do risco soberano, refletido nos níveis mínimos registados ao longo de toda a curva de rendimentos. A dívida soberana, no prazo dos 10 anos, cotava nos 0,38% e registava um diferencial de 60 pb face à Alemanha (à data de 20 de Janeiro de 2020). A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB, BBB e Baa3, respetivamente. Em outubro de 2019, a agência DBRS reviu o rating para BBB (high).

Política de investimento

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente, ações, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

As aplicações do Fundo serão realizadas com maior incidência na classe de obrigações. Esta classe abrange os títulos de dívida pública ou privada, de taxa fixa ou de taxa variável, obrigações indexadas à inflação, títulos de participação e outros instrumentos representativos de dívida, bem como as unidades de participação em organismos de investimento coletivo que detêm, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações. Tendo a Sociedade Gestora como objetivo selecionar os emitentes de acordo com certos padrões de risco.

Assim:

- O investimento em obrigações de emitentes de mercados emergentes, não deverá ser superior a 5% do valor do fundo e será preferencialmente denominado em Euros;
- O investimento em obrigações diversas deverá seguir a prudência adequada ao perfil do fundo. No caso de emitentes internacionais serão privilegiados os com notação de risco mínima de BBB- (investment grade) e, no caso de emitentes nacionais, serão privilegiadas, designadamente, empresas cotadas, grandes empresas ou empresas participadas pelo Estado.
- As emissões internacionais com rating inferior a BBB-, não deverão exceder 15% do valor global do Fundo.
- Para notas estruturadas emitidas sem rating será considerado o rating do subjacente. No caso de notas colateralizadas será considerado o rating mínimo entre o colateral e o ativo subjacente. No caso de um cabaz de subjacentes será considerado o rating médio ponderado.

A classe de ações engloba o investimento entre ações, organismos de investimento coletivo que detêm, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em ações, obrigações convertíveis ou que confirmam o direito à subscrição de ações, futuros, nomeadamente sobre ações ou índices de ações, warrants autónomos e opções.

O investimento nos referidos contratos de futuros e de opções, em termos de exposição ao risco, tomando por base o valor notional dos contratos no caso do primeiro, e pelo delta, no caso dos segundos, não poderá ser superior à prevista se o investimento fosse efetuado diretamente nos mercados acionistas.

A Liquidez contempla o numerário, os depósitos bancários e outros ativos de natureza monetária, e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo, nomeadamente os bilhetes do Tesouro, certificados de depósito e papel comercial.

O Imobiliário compreende as aplicações em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários e de empréstimos aos participantes do Fundo, ações de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. O investimento em cativos imobiliários diretos não poderá representar mais de 10% do património do fundo.

Os terrenos e edifícios detidos pelo Fundo não podem ser de exploração industrial nem ter uma vocação de tal forma específica que torne difícil a sua venda pelo fundo.

O fundo poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, incluindo fundos geridos por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade gestora.

No final do período em análise, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, S.A., tal como definido na sua política de investimento e com o objetivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 61,74% do total dos ativos do Fundo), Imobiliário (indicativamente, cerca de 12,44% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe acionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 16,22% da carteira, sendo o restante composto por disponibilidades e outros ativos.

Em 31 de Dezembro de 2019 não se encontrava a ser cumprido o seguinte limite de Associados Santander Totta, justificada com a entrada da dotação de final do ano, efetuada pelo BST, de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº4/2005, o qual determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal ativo. Este limite foi regularizado no dia 2 de janeiro de 2020.

	Limite Máximo	limite 31.12.2019
Limite de Associados Santander Totta	5%	5,82%

Benchmark

De acordo com a política de investimento, serão definidos, para cada classe de ativos, os seguintes benchmarks e limites de investimento:



Classe de ativos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Liquidez	5	0-15
Imobiliário	15	0-25
Investimento direto em imobiliário		0-10
Obrigações	65	40-95
Commodities	0	0-5
Ações	15	0-20
Alternativos	0	0-10

Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

- Risco de Rendimento:
 - O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
 - O fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
- Risco de Crédito
 - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- Risco de Taxa de Juro:
 - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.
- Risco Financeiro
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
- Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.

- Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
 - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Gestão dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.

Performance & Benchmarking – É analisada a rendibilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.

Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.

Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.

Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.

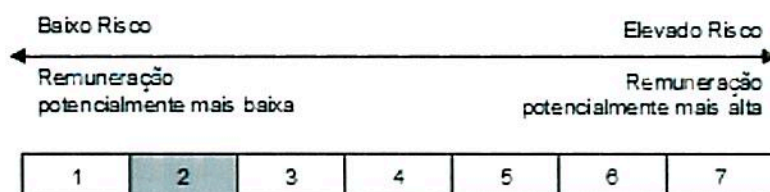
Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Performance

Nos últimos 9 anos a rentabilidade e o risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	-1,91%	9,43%	4
2011	-21,24%	14,66%	5
2012	7,64%	4,22%	3
2013	5,59%	3,99%	3
2014	3,54%	4,87%	3
2015	4,34%	5,18%	4
2016	2,17%	4,33%	3
2017	5,31%	1,62%	2
2018	-0,98%	3,20%	3
2019	7,18%	1,99%	2

Nota: As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo

Evolução dos ativos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2019, era de 1 160 572 758€.

Valor da quota-parte do Fundo afeta

O valor total da carteira do Fundo é afeto ao Banco Santander Totta, S.A.

Valor atual das responsabilidades passadas

O valor atual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 1 119 521 817 €.

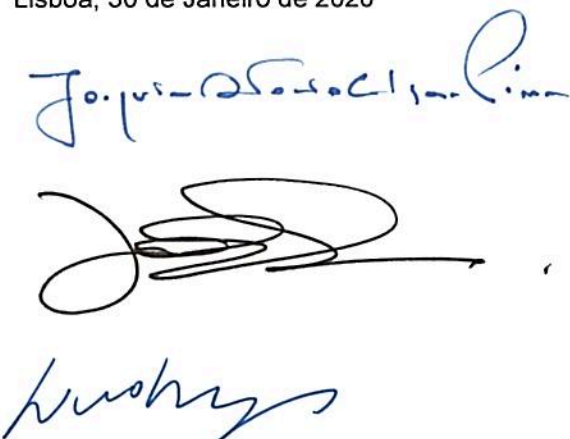
Nível de cobertura das responsabilidades passadas

O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 104%.

Eventos relevantes do exercício

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020



The image shows three handwritten signatures in blue ink. The top signature is the most legible, appearing to read 'Jo. Luís - 25.01.2020'. Below it are two more signatures, one of which is a stylized, cursive signature.



A single handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized lowercase letter 'h'.

II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AO PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2019-12-31	2018-12-31
	ACTIVO		
	Investimentos		
6	Terrenos e edifícios	20 380 242.00	22 041 339.02
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	405 189 176.88	363 262 177.58
5	Títulos de dívida Pública	448 069 470.32	282 097 029.70
5	Outros títulos de dívida	191 528 416.07	204 555 728.27
	Empréstimos concedidos	-	-
	Numerário, depósitos em inst. crédito e apl. MMI	67 187 590.65	67 560 188.67
5	Outras aplicações	25 056 435.67	16 803 933.22
	Outros activos	-	-
	Devedores	-	-
	Entidade gestora	-	-
8	Estado e outros entes públicos	16 463 721.93	18 699 911.42
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
9	Outras entidades	641 217.14	801 264.76
10	Acréscimos e diferimentos	5 007 027.37	5 051 538.46
	TOTAL ACTIVOS	1 179 523 298.02	980 873 111.10
	PASSIVO		
	Credores	-	-
	Entidade gestora	609 024.83	567 604.99
	Estado e outros entes públicos	93 398.49	34 605.49
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
	Outras entidades	18 084 019.52	21 004.92
11	Acréscimos e diferimentos	164 097.43	357 996.10
	TOTAL PASSIVO	18 950 540.27	981 211.50
VALOR DO FUNDO		1 160 572 757.75	979 891 899.61
VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO		8.3888	7.8215

III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2019-12-31	2018-12-31
13	Contribuições	164 625 131.70	43 078 159.26
14	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	53 794 650.84	48 637 229.34
12	Ganhos líquidos dos investimentos	55 614 179.45	- 26 393 643.30
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	17 722 777.16	20 013 056.51
	Outros rendimentos e ganhos	185 093.99	438 627.79
15	Outras despesas	3 671 673.31	3 215 042.19
	Resultado líquido	180 680 858.15	-14 716 071.28

IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2019	2018
	Fluxos de caixa das actividades operacionais		
	Contribuições		
	Contribuições dos associados	162 133 000	40 634 000
	Contribuições dos participantes/beneficiários	3 766 331	3 646 837
	Transferências		
	Pensões, capitais e prémios únicos vendidos		
	Pensões pagas	(47 469 562)	(42 567 515)
	Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
	Capitais vendidos (Remiões/Vendimentos)		
	Transferências		
	Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(7 599 287)	(7 272 393)
	Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(1 020 946)	(1 029 309)
	Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	185 094	438 628
	Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo		
	Recmbolsos fora das situações legalmente previstas		
	Devolução por excesso de financiamento		
	Remunerações		
	Remunerações de gestão	(1 852 765)	(1 827 443)
	Remunerações de depósito e guarda de títulos	(54 279)	
	Outros rendimentos e ganhos		
	Outras despesas	(278 536)	(289 132)
	Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	107 809 050	(8 266 327)
	Fluxos de caixa das actividades de investimento		
	Recbimentos		
	Alienação/reembolso dos investimentos	461 769 452	639 217 308
	Rendimentos dos investimentos	17 614 404	20 154 784
	Pagamentos		
	Aquisição de investimentos	(587 419 426)	(647 185 105)
	Comissões de transação e mediação	(169 584)	(71 324)
	Outros gastos com investimentos	(252 468)	(276 021)
	Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	(108 457 621)	11 839 641
	Variações de caixa e seus equivalentes	(648 571)	3 573 315
	Efeitos de alterações de taxa de câmbio	275 973	(1 466)
	Caixa no início do período de reporte	67 560 189	63 988 340
	Caixa no fim do período de reporte	67 187 591	67 560 189

V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

V – NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s)

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, adiante designado por Fundo, foi constituído em 30 de dezembro de 1988 e tem como Sociedade Gestora o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O Plano de Pensões de Benefício Definido dos colaboradores do Banco Santander Totta, segue o estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). O plano de Pensões do Banco Santander Totta não é um plano contributivo, uma vez que as contribuições efetuadas decorrem do estabelecido no ACT.

As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:

- Elegibilidade: Todos os funcionários que pertençam ao quadro de pessoal efectivo;
- Coberturas: Pensões de invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, Subsídio de morte e SAMS;
- Tempo de serviço pensionável: Número de anos completos de serviço na banca;
- Salário pensionável: Última retribuição mensal que inclui o vencimento base e diuturnidades;
- Pensão de invalidez e invalidez presumível: Calculada pela aplicação da percentagem definida no Anexo IV do ACT ao salário pensionável (exceto diuturnidades). A este montante é adicionada a importância correspondente às diuturnidades. A esta pensão aplicam-se as deduções das pensões a pagar pelo Regime Geral de Segurança Social, conforme aplicável;
- Pensão de sobrevivência: Em caso de morte do participante enquanto ativo, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades); em caso de morte de um reformado, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades) a que o reformado teria direito se estivesse no ativo, na data da morte. Para os pensionistas oriundos de colaboradores ou reformados do ex-BTA, ao benefício do ACT é descontada a pensão de sobrevivência atribuída pelo Regime Geral de Segurança Social proporcional ao tempo de serviço no Banco enquanto colaborador.
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos de acordo com a cláusula 98 do ACT;
- A atualização das pensões é automática de acordo com o disposto nas cláusulas 95 e 102 do ACT. O associado assume o pagamento de qualquer contribuição extraordinária para fazer face à referida atualização de pensões;

- SAMS – O associado efetua a contribuição por beneficiário de acordo com a sua situação e em função do estabelecido no Anexo VI do ACT, para o SAMS, entidade autónoma gerida pelo Sindicato;
- Subsídio por morte – Em caso de morte de um Participante ou de um Beneficiário (de invalidez ou invalidez presumível) haverá lugar ao pagamento de um subsídio de morte de acordo com o definido na cláusula 102 do ACT. Para a população Segurança Social o valor deste subsídio é determinado pela diferença positiva do salário ou pensão recebida no momento da morte e o valor assegurado pelo CNP (de três vezes o IAS).

2 – Alterações ocorridas ao plano

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que se encontravam no ativo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

No final de 2011, o Banco acordou com o Governo a transferência para o Estado de responsabilidades associadas a pensões em pagamento, conforme estabelecido no Decreto-Lei 127/2011, de 31 de dezembro. De acordo com a referida legislação, apenas foram transferidas para o Estado as responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo, constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário (o que decorre da aplicação do ACT do Sector Bancário).

O Banco, através do seu Fundo de Pensões, mantém a responsabilidade por possíveis atualizações futuras do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões e reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social. Também o pagamento de pensões de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivo, desde que referente ao mesmo trabalhador, mantém-se como responsabilidade do Fundo, assim como a pensão de sobrevivência devida a familiar do atual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de janeiro de 2012.

As alterações ocorridas no fundo do BST em 2016 são as que decorrem do acompanhamento das alterações do Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário publicado no BTE nº 29, de 8 de agosto de 2016.

Não se verificaram alterações ao Plano de Pensões durante o ano de 2019.

3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º12/95 – R de 6 de julho de 1995 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 – R de 7 de maio de 2002, 8/2002 – R de 7 de maio de 2002, 10/2002 – R de 7 de maio de 2002 e 7/2007 – R de 17 de maio de 2007, as quais preveem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversárias consecutivas, que correspondem a 31 de dezembro de cada ano;
- Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data aniversária;
- As contribuições a contabilizar na respetiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efetivamente recebidas;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efetuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo;
- Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

A avaliação dos ativos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de junho de 2007, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado



financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida.

- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.

- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

Terrenos e Edifícios

O justo valor de cada terreno ou edifício é obtido através de uma avaliação separada efetuada por um perito independente. A avaliação dos terrenos ou edifícios é efetuada: a) anteriormente à entrada do respectivo terreno ou edifício para o património do fundo de pensões; c) pelo menos uma vez em cada três anos, para os terrenos ou edifícios pertencentes ao património dos fundos de pensões fechados.

Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas "Ganhos ou Perdas em operações financeiras".

A margem inicial é registada na rubrica "Outras contas de devedores". Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do ativo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

Operações em moeda estrangeira

Os ativos em moeda estrangeira são convertidos em Euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.

4 – Regime Fiscal

Em sede de IRC

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transações, conforme definido pelo Art.º16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efetuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

Em sede de IVA

- Rendimentos Prediais – Isenção dos termos n.º29 do artigo 9.º do CIVA (possibilidade de renúncia à isenção de IVA).
- Juros e outras operações financeiras – isenção nos termos n.º27 do artigo 9.º do CIVA.
- Dividendos – Não tributados.

Em sede de IMT

- Estão isentas de IMT as aquisições de imóveis dos Fundos de Pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional (artigo 16.º, nº 2 do EBF).

Em sede de IMI

- Os prédios integrados em Fundos de Pensões constituídos de acordo com a legislação nacional não beneficiam de qualquer isenção ou redução em relação às taxas de Imposto

Municipal de Imóveis (IMI), na sequência da revogação do artigo 49º do EBF efetuada pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (OE 2016).

Em sede de Imposto de Selo

- As comissões de gestão e de depósito pagas pelos Fundos de Pensões passaram a estar sujeitas a imposto de selo (Verba 17.3.4 da TGIS) à taxa de 4%, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março (OE 2016).

5 – Inventário de Investimentos

A carteira do Fundo apresenta em 31 de dezembro de 2019 um total de 1 069 843 499 euros, os quais incorporavam o valor de juros decorridos referentes a títulos de dívida e papel comercial no valor de 5 001 742.

A carteira de investimentos em ativos decompunha-se da seguinte forma:

Fundo de Pensões Banco Santander Totta

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Instrumentos de capital e Unid. participação					
<i>Acções</i>					
Mota Engil	161 000	26 000		187 000	-
BASF	1 208 000	139 000		1 347 000	-
Total StkB	1 847 200	120 800		1 968 000	-
SANOFI - AVENTIS	1 513 200	279 200	-	1 792 400	-
AXA	1 885 800	625 200		2 511 000	-
Vinci SA	2 880 800	1 079 200		3 960 000	-
B. Nationale Paris	1 065 825	360 585		1 426 410	-
France Telecom	1 415 500		(103 500)	1 312 000	-
Royal Dutch Shell-A	1 539 300	30 600		1 569 900	-
ENI IM	1 237 320	8 820		1 246 140	-
Deutsche Post Ag-Reg	1 434 600	606 000		2 040 600	-
Siemens AG Reg	1 454 857	286 250		1 741 108	-
Allianz SE	2 101 680	519 120		2 620 800	-
UNIBAIL-R SEMFID UNI	1 354 000	52 500		1 406 500	-
La Francaise de Jeux	656 242	129 435		785 677	-
British A. Tobacco	881 523	257 934		1 139 457	-
IMPERIAL TOBACCO	1 396 921	-	(298 543)	1 098 378	-
HSBC Holdings PLC	1 520 686	-	(129 290)	1 391 396	-
Prudential Plc	1 204 173	243 464		1 447 638	-
ZURICH INSU GROUP AG	1 620 967	574 168		2 195 135	-
Roche Holding Genuss	1 569 744	455 316		2 025 060	-
NESTLE SA - Resgist	1 470 426	460 291		1 930 717	-
	31 419 766	6 253 883	(631 333)	37 142 316	-
<i>Fundos Investimento Mobiliário</i>					
Multicrédito CI C	14329078.23	345 894		14 674 972	-
SantAcPortugal CL C	5 393 940	599 903		5 993 843	-
SantAcEuropa CL C	15 528 713	3 580 518		19 109 232	-
BlackstoneGSO Eur	12 955 933	384 456		13 340 389	-
SANTANDER EUR BOND	12 372 208	750 327		13 122 535	-
SANTANDER COVBONDIE	7 300 000		(14 965)	7 285 035	-
ISHARES SP500 AMST	30 638 179	10 107 383		40 745 562	-
ISHARES ETF.EUR.DIS	41 627 450	10 699 700		52 327 150	-
Ishares Euro Corpora	9 846 113		(88 113)	9 758 000	-
Lyxor ETF S&P 500	30 311 680	9 427 520		39 739 200	-
Fundo Bem Comum, FCR	287 000		(105 815)	181 185	-
Explorer - II	894 277		(206)	894 072	-
Explorer - III CL B	9 216 160	142 380		9 358 540	-
PVCi	2 035 986	68 252		2 104 237	-
Altamar PE VIII FCR	6 979 670	889 201		7 868 870	-
Altamar PE XFCR	1 662 500		(16 625)	1 645 875	-
TII C	503 047		(175 380)	327 667	-
Partners Global Infr	4 951 277	571 698		5 522 975	-
	206 833 211	37 567 231	(401 104)	243 999 338	-
<i>Fundos de Investimentos Imobiliário</i>					
Fundo Lusimovest	64 388 296	186 523		64 574 820	-
ImoRecuperação	4 807 979	241 602		5 049 581	-
Novimovest Up Bruta	53 176 905	942 521		54 119 425	-
PREFF Real Estate C	332 768		(29 071)	303 697	-
	122 705 948	1 370 646	(29 071)	124 047 523	-
Total Instrumentos de capital e Unid. Participação	360 958 924	45 191 761	(961 508)	405 189 177	-

Fundo de Pensões Banco Santander Totta

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Titulos da Dívida					
PGB 2.875% 15/10/25	10 663 450		(219 310)	10 444 140	55 143
PGB 2.875 21/7/26	4 612 520	87 280		4 699 800	51 530
PGB5 5.65% 15/2/24	22 623 169		(289 649)	22 333 520	893 598
PGB 3,875% 15/2/30	3 074 400		(73 463)	3 000 938	76 438
PGB 4.125 14/4/27	9 673 834	597 024		10 270 859	237 411
PGB 2.25 18/4/34	4 572 100	203 020		4 775 120	63 443
PGB 4.1% 04/15/37	5 659 465		(52 608)	5 606 857	110 226
SPGB 2,35 30/7/2033	3 747 660		(118 170)	3 629 490	29 857
SPGB 0.6 31/10/29	1 019 820		(7 910)	1 011 910	1 016
SPAIN 1.45 30/04/29	15 692 038	41 811		15 733 849	140 507
SPGB 1.85 30/07/35	12 835 137	751 093		13 586 230	93 233
SPGB 1.4 30/07/28	10 656 611	674 617		11 331 228	61 896
SPGB 1.45 31/10/27	2 027 980	153 400		2 181 380	4 926
SPGB 4.4% 31/10/23	1 428 468		(18 336)	1 410 132	8 944
SPGB 5.15% 31/10/44	13 023 229	223 487		13 246 716	62 464
SPGB 1.6% 30/4/25	1 574 295	53 430		1 627 725	16 131
SPGB 1.95% 30/7/30	4 874 360	534 537		5 408 897	39 168
SPGB 2.15% 31/10/25	4 338 740	144 260		4 483 000	14 568
SPGB 1.95 30/4/26	4 094 842	82 847		4 177 689	49 097
SPGB 1.3 31/10/26	4 459 160	289 581		4 748 741	9 718
SPGB 2.9 31/10/2046	11 617 617	388 663		12 006 280	43 240
ANDAL 1.375 30/04/29	1 906 772	129 383		2 036 156	20 147
MADRID 1.189 8/5/22	6 323 918		(25 912)	6 298 006	47 164
SPGB 1.5 30/4/27	6 742 519	432 239		7 174 758	66 269
BALEAR 4.79 04/03/20	2 037 680		(90 398)	1 947 282	76 709
BALEA 1.549 21/11/28	6 782 024		(58 620)	6 723 404	10 788
CASTIL 0,7 3/6/21	2 031 700		(5 220)	2 026 480	8 109
JUNGAL 2.95 10/04/21	6 378 600		(137 580)	6 241 020	128 639
BTPS 3.75% 1/8/21	11 775 500		(106 590)	11 668 910	171 501
BTPS 5.5 1/11/22	18 351 960	59 080		18 411 040	147 473
BTPS 4.75% 1/9/2044	1 198 072		(97 554)	1 100 518	12 099
BTPS 4.5% 1/3/24	1 170 650		(4 540)	1 166 110	15 082
BTPS 3.75% 1/9/24	12 305 970	292 660		12 598 630	138 255
BTPS 1.35% 15/4/22	14 828 733	37 300		14 866 033	41 576
BTPS 2.2 01/06/27	2 492 375	210 775		2 703 150	4 671
BTPS 0.9 01/08/22	15 716 329		(14 797)	15 701 532	57 624
BTPS 2.8 01/12/28	4 107 358	416 642		4 524 000	9 486
BTPS 2.45 01/10/23	4 163 250	145 550		4 308 800	24 634
BTPS 2.5 15/11/25	6 453 310	127 850		6 581 160	19 368
BTPS 2.3 15/10/21	8 945 174	33 489		8 978 663	42 242
BTPS 3.35 01/03/35	4 840 965	538 785		5 379 750	50 526
BTPS 3.85 01/09/49	3 423 532		(313 852)	3 109 680	30 969
BTPS 3 01/08/29	3 467 603		(12 293)	3 455 310	37 418
BOTS 0 14/08/20	45 066 306		(4 611)	45 061 695	
BOTS 0 14/09/20	30 047 806		(2 896)	30 044 910	
BTPS 0.35 01/02/25	1 573 104		(48)	1 573 056	1 412
BTPS 0.85 15/01/27	9 921 672		(10 572)	9 911 100	10 945
BOTS 0 30/06/20	18 023 873		(3 893)	18 019 980	
	402 345 651	6 648 803	(1 668 821)	407 325 633	3 235 664

Fundo de Pensões Banco Santander Totta

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Titulos da Dívida					
SPGB 4,8% 31/1/24	6 010 395		(2 745)	6 007 650	220 274
ICO 0.75 31/10/23	2 021 400	41 200		2 062 600	2 541
MADRID 1.571 30/4/29	1 500 090	133 035		1 633 125	20 724
ADIFAL 0.95 30/04/27	698 922	27 118		726 040	4 573
FADE 0.5 17/06/23	3 293 136	76 758		3 369 894	8 926
Madrid 1,773 30/4/28	1 324 869	110 786		1 435 655	15 492
MADRI 4.125% 21/5/24	2 952 125		(9 625)	2 942 500	63 570
FADE 0.05 17/09/24	3 023 550		(18 150)	3 005 400	411
ADIF 1.875% 28/1/25	5 235 150	160 200		5 395 350	86 815
PBBGR 0.875 29/1/21	5 014 400	26 250		5 040 650	40 394
FADE 0,5 17/3/23	3 113 733	47 120		3 160 853	12 281
ADIFAL 1,25 04/05/26	2 794 848	169 512		2 964 360	23 142
FADE 0.85 17/12/23	2 937 120	62 640		2 999 760	1 013
GALP 1.375 19/9/23	7 442 850	318 075		7 760 925	29 384
Parpub 3,75% 07/21	19 250 280		(431 230)	18 819 050	328 279
SAUDCR 0.491 1/10/27	4 300 000		(53 750)	4 246 250	5 307
BAYNGR 0.05 15/06/20	6 964 400	24 400		6 988 800	1 913
RAGSTF 0 18/02/21	5 541 500	70 480		5 611 980	
UCGIM Float 3/5/25	4 762 500	243 750		5 006 250	18 979
REN 2.5% 12/2/25	2 112 180	83 540		2 195 720	44 247
QUADIENT SA	4 216 380	39 858		4 256 238	55 082
INGFP 0% 26/6/22	4 784 452	335 877		5 120 329	
NMBFP 2.125 16/10/26	1 693 659		(13 158)	1 680 501	7 600
RABOBK 3.25% PERP	4 400 000		(5 500)	4 394 500	1 172
FCCSER0.815 04/12/23	3 470 000	8 467		3 478 467	2 164
EDP 2.625% 18/1/22	9 258 077		(66 871)	9 191 206	218 489
TOTAL 2.25% 12/2049	155 232	2 041		157 273	2 933
ISP 1.125% 4/3/22	10 614 670	421 201		11 035 871	100 819
TITIM 1,125 26/03/22	2 797 500	205 500		3 003 000	8 994
PARPUB 3.567 22/9/20	14 474 338		(354 661)	14 119 677	135 642
UBS 4,75% 12/2/2026	2 957 400		(27 900)	2 929 500	117 432
AMX 0 28/5/20	9 851 133	118 867		9 970 000	
BEKBBB 0 09/06/21	1 351 600	1 500		1 353 100	
TELEFO 0% 9/3/21	8 925 050	54 250		8 979 300	
LPTY 1 24/5/21	2 956 710	84 960		3 041 670	18 197
RENEPL 01/06/23	10 326 600	219 000		10 545 600	102 322
IDRSM 1.25 07/10/23	1 301 725	61 715		1 363 440	3 818
PRYIM 0 17/01/22	3 876 000	78 000		3 954 000	
SANTAN Float 21/3/22	11 896 560	232 680		12 129 240	1 866
BNP Float 22/9/22	2 968 920	69 600		3 038 520	339
SOCGEN Float 1/4/22	2 965 980	64 710		3 030 690	3 358
GS Float 26/9/23	9 540 800	486 700		10 027 500	307
FERSM 2.124 PERP	840 000	133 750		973 750	13 500
SOCGEN 0.5 13/1/23	3 898 920	136 120		4 035 040	19 342
MS 0 17/12/21	7 940 580	25 820		7 966 400	
ASML 3.375% 19/9/23	1 120 900	3 730		1 124 630	9 590
	228 876 635	4 379 208	(983 590)	232 272 253	1 751 231
Total de Títulos de Dívida	631 222 285	11 028 012	(2 652 411)	639 597 886	4 986 896

Fundo de Pensões Banco Santander Totta

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Outras Aplicações					
Papel Comercial					
PcAciona 0.46 03/18	3 487 789			3 487 789	8 780
PcAciona 0.33 09/20	4 983 372			4 983 372	5 162
Pc ECI 0.164% 01/20	1 899 044			1 899 044	904
	10 370 205	-	-	10 370 205	14 846
Outros					
Carteira Alternativa	1 023 932	11 059		1 034 991	-
Kingstreet S Ser 13	3	0		3	-
Xenon Capital 12/44	10 008 000	3 792 000		13 800 000	-
	11 031 935	3 803 059	-	14 834 994	-
Derivados - Opções					
ZUR SW C340 19/06/20	(54 977)		(263 210)	(318 187)	-
SX5E 12/18/20 C4000	(207 000)		(43 200)	(250 200)	-
SX5E 03/20/20 P3600	394 200		(162 000)	232 200	-
SX5E 17/01/20 C3850	228 000		(175 500)	52 500	-
S&P500 Mar20 P3050	202 955	1 268		204 224	-
SX5E 03/20/20 P3300	(129 150)	59 850		(69 300)	-
	434 028	61 118	(643 910)	(148 763)	-
Total outras aplicações	21 836 168	3 864 178	(643 910)	25 056 436	14 846
TOTAL CARTEIRA DE TÍTULOS	1 014 017 377	60 083 950	(4 257 828)	1 069 843 499	5 001 742

O valor apresentado correspondente às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira e respeitam à diferença entre o valor de cotação a 31 de dezembro de 2019 e:

- o valor pelo qual se encontrava contabilizado à data de 31 de dezembro de 2018 (valor de cotação do ano anterior), no caso de títulos já detidos no ano anterior ou;
- o respetivo valor de aquisição, no caso de títulos adquiridos durante o período de 2019.

No exercício de 2013 a entidade gestora do Fundo decidiu registar uma perda por imparidade adicional incidente sobre as unidades de participação de fundos de investimento imobiliário no valor de cerca de 7 123 119 euros, a qual tem vindo a ser revertida parcialmente nos exercícios de 2014 (3 950 178 euros), 2015 (1 100 000 euros), 2016 (1 272 941 euros), 2017 (800 000 euros).

6 – Imóveis

O Fundo detém, na sua carteira de investimentos, imóveis avaliados em 20 380 242 euros.

Durante o exercício de 2019, foi registada uma menos valia decorrente do registo do valor de mercado dos imóveis tendo em consideração as avaliações realizadas durante o exercício de 2019 no valor global de cerca de 590 207 euros (663 069 euros referentes a menos valias e 72 862 euros referentes a mais valias), conforme se discrimina de seguida:

Menos valias geradas

Imóvel	Valor 31.12.2019	Valor 31.12.2018	Menos valia avaliação
Paredes Fracção A	147 865	230 600	(82 735)
Loja em Aveiro	166 000	202 500	(36 500)
B. Amarante Frac A	162 000	195 300	(33 300)
B. Amarante Frac B	136 000	164 500	(28 500)
Loja Pombal Frac B	169 000	188 775	(19 775)
Loja 4 Portimão Fr D	61 600	62 228	(628)
Loja 5 Portimão Fr E	244 100	253 355	(9 255)
Castelo da Maia	335 808	355 000	(19 192)
CTT-R.Alportel/R.Sol	3 892 000	4 325 184	(433 184)
TOTAL	5 314 373	5 977 442	(663 069)

Mais valias geradas

Imóvel	Valor 31.12.2019	Valor 31.12.2018	Mais valia avaliação
Paredes Fracção B	65 495	56 300	9 195
Edif. Olhão	141 100	124 507	16 593
Loja Sacavem	153 074	153 000	74
Loja Costa de Cap.	210 000	163 000	47 000
TOTAL	569 669	496 807	72 862

No exercício de 2019 o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta alienou 4 imóveis (abaixo identificados), os quais geraram uma mais valia líquida de cerca de 19 110 euros, conforme se apresenta:

Imóvel	Valor da alienação	Valor em Balanço	Valia alienação
Cacia (Porto)	200 000	210 700	(10 700)
Av.João Crisostomo C	500 000	454 290	45 710
Av.João Crisostomo B	270 000	285 000	(15 000)
Gafanha da Nazaré	120 000	120 900	(900)
TOTAL	1 090 000	1 070 890	19 110

A tabela abaixo sintetiza, por imóvel, os métodos utilizados na avaliação dos mesmos, bem como o ano da última avaliação realizada.

Fundo de Pensões Banco Santander Totta

Imóvel	Valor 31.12.2019	Valor 31.12.2018	Ano	Método de Avaliação
Paredes Fracção A	147 865	230 600	2019	Modelo do Rendimento
Paredes Fracção B	65 495	56 300	2019	Modelo do Rendimento
Edif. Olhão	141 100	124 507	2019	Modelo do Rendimento
Loja em Aveiro	166 000	202 500	2019	Método Comparativo e Modelo do Rendimento (média)
B. Amaranite Frac A	162 000	195 300	2019	Modelo do Rendimento
B. Amaranite Frac B	136 000	164 500	2019	Modelo do Rendimento
Loja Pombal Frac B	169 000	188 775	2019	Modelo do Rendimento
Loja 4 Portimão Fr D	61 600	62 228	2019	Modelo do Rendimento
Loja 5 Portimão Fr E	244 100	253 355	2019	Modelo do Rendimento
Castelo da Maia	335 808	355 000	2019	Modelo do Rendimento
CTT-R.Alportel/R.Sol	3 892 000	4 325 184	2019	Modelo do Rendimento
Loja Sacavem	153 074	153 000	2019	Modelo do Rendimento
Loja Costa de Cap.	210 000	163 000	2019	Modelo do Rendimento
Vale do Crevo -Lagoa	298 000	298 000	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FrcB	487 200	487 200	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FrcC	440 300	440 300	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FrcD	624 300	624 300	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FrcF	624 400	624 400	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FrcG	440 400	440 400	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FrcP	2 530 200	2 530 200	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FrcQ	2 542 100	2 542 100	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta A FrcR	316 200	316 200	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta A FrcT	312 900	312 900	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta A FrcV	2 500 000	2 500 000	2017	Modelo Comparativo
Loja Vialonga	127 100	127 100	2017	Modelo do Rendimento
Pampilhosa Serra-B	43 800	43 800	2018	Modelo do Rendimento
Pampilhosa Serra-C	48 000	48 000	2018	Modelo do Rendimento
Edifício Mangualde	103 000	103 000	2018	Modelo do Rendimento
Edif. Esmoriz	141 300	141 300	2018	Modelo do Rendimento
Vale de Cambra	198 700	198 700	2018	Modelo do Rendimento
Vila N. Gaia Frac. B	210 100	210 100	2018	Modelo Comparativo
Terreno Troia	844 000	844 000	2018	Modelo Comparativo
Loja Dia Barreiro	272 700	272 700	2018	Modelo do Rendimento
Loja Dia Feijó	391 000	391 000	2018	Método Comparativo e Modelo do Rendimento (média)
Loja Dia Olival Bast	238 000	238 000	2018	Método Comparativo e Modelo do Rendimento (média)
Escritórios Funchal	751 500	751 500	2018	Modelo do Rendimento
Edifício Sagres FC12	5 500	5 500	2018	Modelo Comparativo
Edifício Sagres FC15	5 500	5 500	2018	Modelo Comparativo
	20 380 242	20 970 449		

Os imóveis detidos pelo Fundo geraram Rendimentos sob forma de rendas no valor total de 1 379 790 euros (1 435 671 euros em 2018), tendo sido diferidas as rendas referentes ao mês de janeiro de 2020, no valor de 100 044 euros, recebidas pelo Fundo em dezembro de 2019 e que se encontram registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos – Passivo (Vide Nota 11).

7 – Riscos associados à carteira de investimentos

- Risco de Rendimento

- O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
- O Fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o Fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.

- Risco de Crédito

- Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.

- Risco de Taxa de Juro

- Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida nas taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.

- Risco Financeiro

- Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juros de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

- Risco Liquidez

- Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.

- Risco Fiscal

- Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos do Fundo.

- Risco de conflitos de interesse

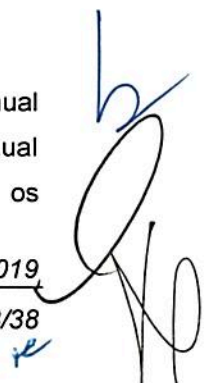
- O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Objetivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco, Métodos de Mensuração de Risco

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e de Performance, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes;

Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019



- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.
- Risco de Mercado - É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivativos no fundo vigiando para que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da *modified duration* do fundo.
- Risco Operacional – Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- Risco Regulamentar - São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Análise de sensibilidade

Com base na carteira a 31 de dezembro de 2019 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Ano	P&L% (Brexit 2016)	P&L% (Lehman Default - 2008)	P&L% (September 11th 2001)	P&L% (Greece Financial Crisis in 2010)	P&L% (UP 250 bps (all curves))	P&L% (Down 250 bps (all curves))
2019	-1.95	-3.07	-1.6	-2.63	-7.43	8.42
2018	-1.96	-4.08	-1.36	-2.57	-4.21	5.15

8 – Estado e outros entes públicos (Ativo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Imposto retido implícito cotação de FIM's e FII's	15 657 456	17 978 420
Imposto retido resgates Up's Fundo Carteira Alternativa	340 692	340 692
Imposto dividendos ações estrangeiras	465 434	383 900
Outros	140	(3 100)
TOTAL	16 463 722	18 699 911

A partir do exercício de 2015, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta passou a registar no seu ativo o imposto retido implícito nas cotações dos Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliário, considerando que: (i) os Fundos de Pensões se encontram isentos de imposto ao

abrigo do Artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e (ii) que na valorização da carteira de títulos é utilizado o valor de cotação líquido destes ativos.

O valor do imposto retido ascende a 31 de dezembro de 2019 a 15 657 456 euros refletido na rubrica de Outros ativos – Estado e outros entes públicos (até 31 de dezembro de 2015 estava classificado na rubrica de Investimentos – Instrumentos de capital e unidades de participação).

9 – Outras entidades (Ativo)

A rubrica Outras entidades, 641 217 euros, inclui essencialmente o montante de depósitos associados às contas margem dos contratos de futuros em carteira em 31 de dezembro de 2019, os quais ascendem a cerca de 640 381 euros (em 31 de dezembro de 2018 os saldos desta natureza ascendiam a cerca de 824 706 euros).

10 – Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Descrição	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Juros a receber			
Papel Comercial		14 846	9 668
T.de dív.Emis.Privados		1 251 074	1 356 815
T.Dív.Est.-Outros E.Púb.		3 735 821	3 682 865
	Nota 5	5 001 742	5 049 348
Depósitos à Ordem - Juros a receber		5 281	2 185
Outros		5	5
TOTAL		5 007 027	5 051 538

11 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Descrição	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Imposto Municipal Imóveis	Nota 6	45 720	50 045
Rendas e Valores c/ Imóveis Diferidos		100 044	307 951
Outros		18 334	-
TOTAL		164 097	357 996

O valor de Imposto Municipal Imóveis respeita à especialização do gasto de 2019 deste imposto, a liquidar em 2019.

12 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2019.

Rendimentos líquidos dos investimentos	Ganhos		Rendimentos	31.12.2019	31.12.2018
	Mais Valia				
	Potencial	Realizada			
Acções	6 253 883	1 006 872	1 444 713	8 705 469	2 995 856
Imóveis	72 862	45 710	1 379 790	1 498 362	1 497 471
Títulos de dívida	11 028 011	5 421 674	11 125 222	27 574 907	12 771 853
Depósitos	-	-	41 192	41 192	32 022
Papel Comercial	-	-	23 331	23 331	19 596
Produtos Estruturados	3 792 000	-	-	3 792 000	-
Derivados	61 118	18 748 870	-	18 809 989	15 065 796
Unidades de participação	38 937 877	787 689	3 842 241	43 567 807	23 338 627
Outros	11 059	3 238	-	14 297	15 464
TOTAL	60 156 811	26 014 053	17 856 489	104 027 354	55 736 685

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31.12.2019	31.12.2018
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Acções	531 333	15 892	-	547 224	7 961 698
Imóveis	663 069	26 600	133 712	823 381	340 872
Títulos de dívida	2 652 411	885 391	-	3 537 802	13 688 557
Derivados	643 910	23 255 667	-	23 899 576	13 115 716
Unidades de participação	430 175	1 451 227	-	1 881 402	26 820 016
Outros	-	1 012	-	1 012	190 413
TOTAL	4 920 897	25 635 787	133 712	30 690 397	62 117 272

13 – Contribuições

Durante o ano de 2019 foram efetuadas contribuições para o Fundo no valor de 164 625 132 euros, abaixo discriminadas. As contribuições efetuadas decorrem essencialmente do que se encontra definido nos termos do ACT aplicável ao setor bancário.

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Contribuições Participantes	2 492 828	2 448 677
Contribuição Serviço Militar	(697)	(4 518)
Contribuição SAMS	20 700 000	7 800 000
Contribuição Extraordinária	141 433 000	32 834 000
TOTAL	164 625 132	43 078 159

14 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Foram pagos benefícios no valor de 53 794 651 euros durante o exercício, tal como discriminado na tabela abaixo:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Reformas	45 753 434	41 047 845
Prémio final de carreira	441 929	316 991
Subsídio de Morte	40 486	25 191
SAMS	7 558 801	7 247 202
TOTAL	53 794 651	48 637 229

15 – Outras despesas

As outras despesas, que totalizam cerca de 3 671 673 euros, apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Outras Comissões	123 542	200 453
Prémios de seguro	1 020 946	1 029 309
Comissão Gestão Dep. Adm.	2 201 291	2 077 192
Comissões de Mediação	253 914	89 628
Impostos	71 979	(181 540)
TOTAL	3 671 673	3 215 042

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, cabe a este o encargo da entrega das comissões definidas no respetivo Regulamento de Gestão do Fundo. Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2019, bem como o método de cálculo definido no respetivo regulamento.

Descrição	31.12.2019	31.12.2018	Método de Cálculo
Comissão de Gestão	1 885 018	1 803 697	0.045% (anual) sobre o valor médio da carteira (média aritmética das valorizações da carteira do fundo referentes ao último dia de cada mês) no final de cada trimestre.
EMIR	509	217	
Comissão administrativa	-	-	
Taxa ASF	79 020	20 677	
Estudo Actuarial	214 544	224 000	
Custos de Auditoria	22 200	28 600	
TOTAL	2 201 291	2 077 192	-

VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões do Banco Santander Totta** (ou Fundo), gerido pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1 179 523 298 euros, um valor do Fundo de 1 160 572 758 euros e um resultado líquido de 180 680 858 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões do Banco Santander Totta**, em 31 de dezembro de 2019, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.



Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 92% do ativo. O valor dos títulos em carteira é determinado com base nas cotações oficiais e na avaliação efetuada pela sociedade gestora aos títulos não cotados.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para auditoria tem por base a materialidade dos ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções na valorização de títulos não cotados.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e nas notas 3 e 5.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e avaliação da razoabilidade da informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p>
Valorização dos ativos imobiliários	
<p>Os ativos imobiliários correspondem a cerca de 2% do ativo. O seu valor é determinado por avaliações efetuadas por peritos externos, nos termos do capítulo IX da norma regulamentar da ASF nº 7/2007 e do artigo 21º da norma regulamentar da ASF nº 9/2007.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a materialidade daqueles ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções nas avaliações e considerações sobre a liquidez e heterogeneidade do mercado imobiliário.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição dos ativos imobiliários e a sua valorização estão incluídas nas notas 3 e 6 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade aos procedimentos de controlo em vigor e testes substantivos de auditoria, nomeadamente: (i) avaliação da independência, objetividade e qualificação dos avaliadores independentes; (ii) verificação do cumprimento do Regulamento de Gestão e cumprimento das normas regulamentares da ASF nº7/2007 e nº 9/2007; (iii) análise dos relatórios de avaliação e dos pressupostos utilizados; (iv) confirmação dos valores de avaliação e registo; (v) confirmação da titularidade dos imóveis; (vi) verificação das operações de venda em curso demais vicissitudes na valorização dos imóveis, e; (vii) análise das políticas de capitalização.</p>

Responsabilidades com pensões	
<p>O Fundo de Pensões do Banco Santander Totta tem como objetivo o financiamento e cobertura do plano de benefícios definidos de reforma dos empregados do Grupo.</p> <p>A consideração da avaliação dos direitos dos empregados e das obrigações de benefícios definidos como relevante para a auditoria tem por base, a necessidade de se definirem pressupostos com impacto relevante no cálculo (atuarial) que apura as responsabilidades com pensões, a própria complexidade daqueles cálculos e a grande sensibilidade daqueles pressupostos.</p> <p>As divulgações relacionadas com as responsabilidades com pensões estão incluídas no relatório de gestão e nas notas 1 e 2 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A resposta do auditor envolve, essencialmente, a execução de: (i) testes de conformidade ao processo de avaliação das responsabilidades com pensões; (ii) análise do relatório atuarial e avaliação dos pressupostos utilizados pelo atuário responsável; e (iii) confirmação dos valores das responsabilidades determinados e verificação das eventuais necessidades de financiamento das responsabilidades passadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras

representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.


Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para o mandato compreendido entre 2016 e 2018. Em 2 de dezembro de 2019, fomos nomeados para um novo mandato compreendido entre 2019 e 2021;

- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 20 de fevereiro de 2020;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao fundo os seguintes permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de Auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos do DL N.º 12/2016, de 20 de janeiro e das normas regulamentares de acordo com as disposições previstas nas Normas Regulamentares da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, N.º 7/2007-R, de 17 de maio e N.º 18/2008-R, de 23 de dezembro, alterada pela N.º 20/2010-R, de 16 de dezembro.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2020



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC